



FERNANDA CRAVIDÃO
LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
NORBERTO SANTOS
(ORG.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A
ANTÓNIO GAMA

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A MUI NOBRE
VILA DE ÁLVARO – CONTRIBUTO PARA A SUA
REDESCOBERTA**

**Anselmo Casimiro Ramos Gonçalves/
anselgoncalves@gmail.com**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

Luís Alexandre Mendes/la86am@gmail.com

Câmara Municipal de Oleiros
Gabinete Técnico Florestal

Enquadramento geográfico

No limite noroeste do Concelho de Oleiros, Álvaro possui uma posição geográfica de promontório, no passado, como hoje, de muito difícil acesso. Integrada no contexto territorial da sub-região da Beira Baixa, no espaço de relação entre a Beira Baixa e a Região de Coimbra, a povoação localiza-se na margem esquerda do rio Zêzere, na confluência com a Ribeira de Alvelos, também chamada Rio de Álvaro (Figura 1).

A região onde se insere Álvaro é uma unidade com características estruturais, geomorfológicas, paisagísticas e mesmo humanas bem definidas. Esta área caracteriza-se não só pela presença de recursos naturais importantes como a floresta e a água, mas também pela sua localização e topografia bastante sinuosa e acidentada, apresentando problemas de “encravamento” e graves deficiências de acessibilidades locais e sub-regionais. Estes fatores de isolamento contribuíram, e contribuem em larga medida, para o seu despovoamento.

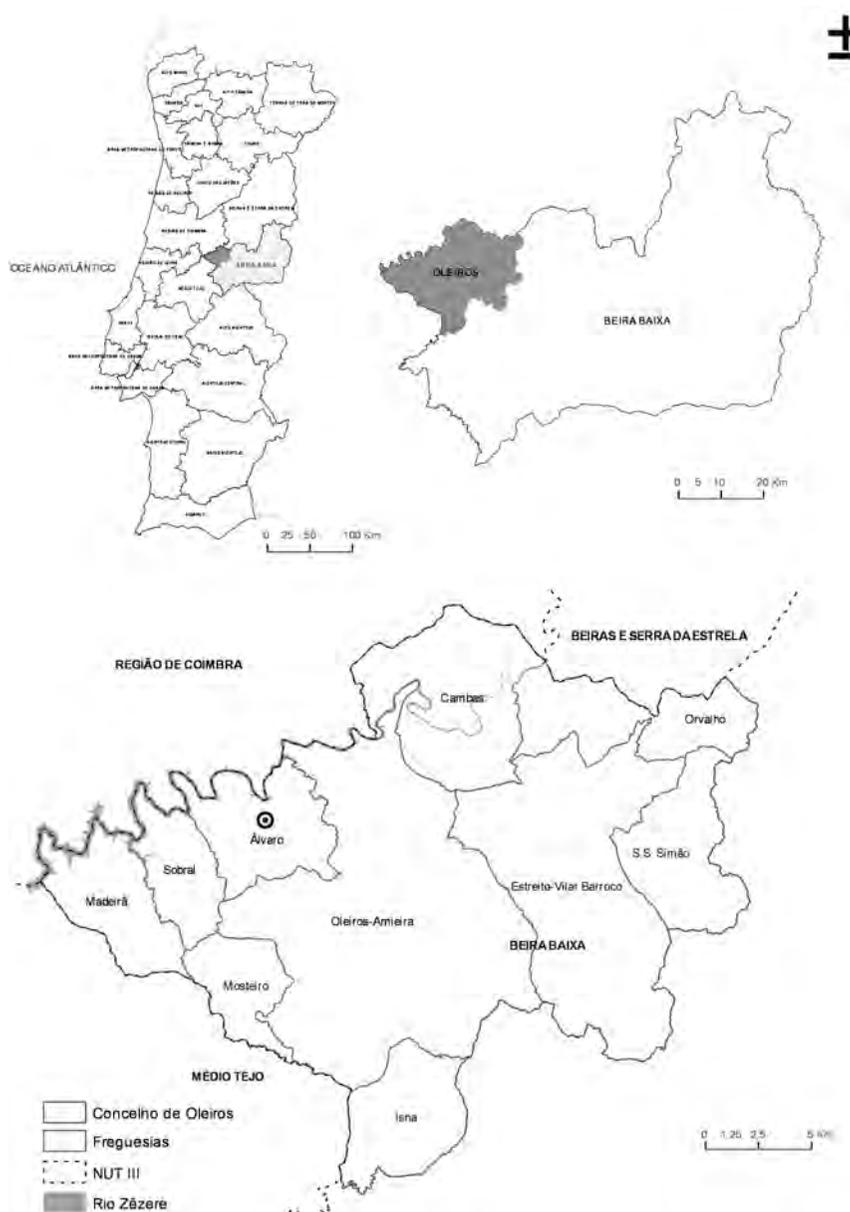


Figura 1

Localização de Álvaro no país e na Região Centro de Portugal, o seu enquadramento no concelho de Oleiros

Fonte: Adaptado de C.M.O., 2016.

O Rio Zêzere atravessa esta região num trajeto que segue o rumo geral NE-SW, desaguando a oeste de Constância, no rio Tejo, após um percurso de cerca de 200km. O Zêzere é um dos rios mais emblemáticos de Portugal, mas também dos menos conhecidos. Os seus meandros a jusante da Cova da Beira conferem-lhe uma paisagem admirável.

O rio Zêzere¹ foi desde épocas remotas uma barreira natural, mas também uma via de comunicação e uma fonte de recursos. Por isso, a ligação entre as povoações e os campos das duas margens foi, durante séculos, natural e corrente, sobretudo num quadro de vida rural, sendo ainda visível os barqueiros que, antes da construção das pontes, ganhavam o dia fazendo o transporte de pessoas de uma para a outra margem.

Embora esta relação direta já não exista, o cenário e o quadro de vida são comuns, e muitos deles permanecem intocados graças às pontes de hoje (Figura 2).



Figura 2

O rio Zêzere junto à povoação de Álvaro; à direita vê-se a ponte construída no início dos anos 80 do século xx

¹ A primeira referência sobre o rio Zêzere, para a época em análise, foi encontrada na doação de Pedrógão Grande, feita por D. Afonso Henriques, em 1135, a Uzbert, Monio Martins e Fernando Martins (M. Vicente, 2013, p. 34).

As atuais condições de acessibilidade estão vinculadas à natureza das centralidades existentes no contexto regional. Isolada das grandes vias de comunicação terrestre, as ligações faziam-se e fazem-se, sobretudo através da sede do concelho, Oleiros. Os velhos caminhos mantêm-se hoje como percursos essenciais nas relações de proximidade com as povoações vizinhas (Gaspalha, Lomba do Barco e Maria Gomes, as duas últimas no concelho de Pampilhosa da Serra). Estes percursos morosos e acidentados, mas com cenários de rara beleza, são elementos essenciais da paisagem, da história e do território de Álvaro.

O aglomerado populacional surge implantado em local estratégico, numa elevação sobre o vale, onde se desenha o leito do rio, rodeado por serras com extensas manchas de arvoredo, entre as quais predomina o pinhal. A amplitude do horizonte, o contraste do relevo e a predominância do verde do pinhal e do azul da água são aspetos que distinguem a paisagem, conferindo um carácter de exceção ao conjunto edificado e à sua envolvente. O perfil histórico e geográfico marca o carácter. O profundo vale do Zêzere é o elemento natural mais significativo, origem da organização da vida e da economia local, bem como do próprio enquadramento regional (Figura 3).



Figura 3

Álvaro. A aldeia implantada sobre a linha de fecho, e a paisagem envolvente

Atualmente tem na floresta o principal recurso, no entanto, encontra-se fragilizado pelo abandono e ameaçado pelo efeito destruidor dos incêndios que, nos últimos anos, atingiram esta freguesia (2001, 2003, 2005 e 2015). Embora a

exploração industrial da madeira esteja em declínio, o trabalho artesanal pode ser revitalizado, de modo a preservar a memória de uma tradição artística genuína, impressa no património cultural de Álvaro. Estando os habitantes conscientes do seu potencial histórico e natural, encaram, com esperança, a reabilitação do património e a implementação de atividades de lazer e cultura, de modo a potenciar e sustentar um processo de desenvolvimento que se pretende qualitativo e criador de condições de atração para as novas gerações.

Alguns apontamentos sobre a história local

O percurso da instalação e desenvolvimento desta aldeia, outrora Vila, encontra-se profundamente marcado pelas ligações históricas às Ordens Militares, à Casa de Trofa e à Casa do Infantado, o que lhe conferiu importância no contexto regional e contribuiu para o legado de um património arquitetónico e artístico relevante. O povoamento do território remonta a épocas remotas e as qualidades naturais e defensivas foram determinantes para a escolha do sítio, em local elevado, protegido e sobranceiro ao rio (Revista Aldeias do Xisto, 2004).

O primeiro núcleo, de tipo castrejo, formou-se no sítio do Castelo, dando origem à organização e expansão do aglomerado populacional. A partir da romanização, nos primeiros séculos da nossa era, este aglomerado integrou-se na estrutura administrativa, económica e viária regional e peninsular.

É de registar que numa das vertentes da vila passa a Ribeira de Alvelos, sob a qual cruza uma ponte romana ligada aos Caminhos de Santiago (uma antiga via romana com destino a Santiago de Compostela), e que atualmente serve um dos Caminhos do Xisto de Álvaro, o PR2. A Ribeira de Alvelos nasce na Mata d'Álvaro, em plena Serra Vermelha, uma das vertentes da Serra de Alvelos (Figura 4).

Numa zona remota e de difícil penetração, território de conflito entre invasores e autóctones, terá mantido funções estratégicas de defesa no seio da Lusitânia romana.



Figura 4
Principais elementos do património edificado

Fonte: LVP-FAUTL.

Aqui, como no restante território, D. Afonso Henriques desenvolveu uma política de conquista e de fixação, avançando sobre o sul, apoiado especialmente nas Ordens Militares, então os únicos corpos armados preparados para uma ação guerreira continuada.

“Já no início da nacionalidade Álvaro surge como um dos polos aglutinadores de povoamento, diretamente relacionado com o rio Zêzere e que se encontra, junto à atual barragem do Cabril, sendo constituído pelas vilas de Pedrógão, na margem direita e Álvaro, Oleiros, Sertá e Proença-a-Nova, na margem esquerda, povoações que gravitavam em torno da Ordem do Hospital.

A doação era constituída por uma extensa área, desde a serra da Lousã até ao rio Zêzere. Por ela se assegurava uma linha de observação e defesa estratégica da região do vale do Zêzere, sendo ponto de apoio firme para as futuras conquistas da linha do Tejo. Algumas décadas mais tarde, em 1195, D. Pedro Afonso, filho do Rei Afonso Henriques e alferes mor do Reino, o então senhor destas terras, daria carta de foral aos seus moradores, presentes e futuros” (Vicente, 2013: 76).

Esta região recebeu a influência dos visigodos e dos muçulmanos e na época da reconquista cristã deu-se o despovoamento dos campos e a concentração

da população nos núcleos protegidos. Nesse momento, Álvaro destacou-se e iniciou a sua consolidação como núcleo urbano. As Ordens Militares, que desde as origens do Condado Portucalense tiveram papel decisivo na conquista e defesa das Beiras, estiveram envolvidas com as ações estratégicas na região. Em 13 de junho de 1194, El-Rei D. Sancho I atribui foral, conhecido por foral velho, a Álvaro, este bem mais velho do que aquele que foi atribuído a Oleiros, em 1206.

D. Sancho I, conhecedor da realidade e mesmo antes da atribuição do foral a Álvaro, privilegiou a Ordem do Hospital, concedendo-lhe as “Terras de Guidintesta”², amplos territórios situados entre o rio Zêzere e Tejo, com a obrigação de repovoar e desenvolver. Segundo Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)³, no seu livro de “Memórias” (da Ordem do Hospital de Malta ou Crato), “um certo cavaleiro fez casa no castelo do cimo da colina em que se encontra a localidade, quando da expulsão dos Mouros, que circundavam a região (...) depois destes definitivamente afastados teria deixado os seus haveres a um criado (?) de nome Álvaro Pires, incumbindo-o de povoar e defender o sítio”. As escassas referências históricas permitem colocar a hipótese de se tratar de um fidalgo ou cavaleiro ou do próprio prior da Ordem, Dom Álvaro Gonçalves Pereira, situação que parece mais verosímil (Pimentel, 1881).

No final da reconquista cristã no século XIV e com a sede da Ordem fixada no Crato, verifica-se a fase de maior desenvolvimento regional, implementada

² Da extensa lista dos priores de Portugal, alguns se podem destacar pelo seu desempenho no campo militar ou na administração dos bens da Congregação, ou ainda pela sua ação de conselheiros e embaixadores do rei. Entre eles refira-se D. Afonso Pais, que recebeu das mãos de D. Sancho I a terra de Guidintesta em 13 de Janeiro de 1194. O Prior do Hospital, a partir de meados do séc. XIV, no reinado de D. Afonso IV, aparece designado por Prior do Crato. Possuía jurisdição cível e crime e era detentor de um vasto património constituído pelas vilas e castelos de Belver, Crato, Gáfete, Tolosa, Amieira, Sertã, Pedrógão Pequeno, Álvaro, Oleiros, Proença, bem como várias comendas e padroados dispersos pelo país. Nomeava, nas terras da Ordem, os juizes, e o seu ouvidor equiparava-se aos corregedores do rei. Estava no topo da hierarquia, ao nível do Priorado, mas também ao nível do Reino, e atuava em harmonia com as normas da Ordem e com as determinações do Capítulo Provincial, o mais importante órgão coletivo dentro do Priorado, a que presidia. In: http://novaserie.revista.triplov.com/numero_03/ordem_do_hospital/index.html

³ Frade Dominicano exerceu o cargo de cronista da Ordem de S. Domingos, sucedendo a Frei Luís de Sousa. Foi membro fundador da Academia Real de História, in: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=136> acedido em 02.01.2016

pelo grão-prior, Dom Álvaro Gonçalves Pereira⁴, pai de Dom Nuno Álvares Pereira. É nestas “terras de Guidintesta doadas por D. Sancho I que se incluía o território de Álvaro, embora esta Vila não fosse mencionada; tal facto, não invalidou que nos finais do séc. xiv, surgisse uma polémica entre a Coroa e a Ordem de Malta quanto à posse da comenda da vila de Álvaro. Em 1345 o Comendador da Ordem de Malta desenvolve diversas diligências numa disputa com o Rei relativa à posse da Comenda de Álvaro. Porém, D. Fernando (1367-1383) em 1381 acaba por sancionar esta pretensão da Ordem. O litígio sobre a posse de Álvaro e suas terras ressurgiu com D. Afonso V (1438-1481) que em 1457 faz dela doação a Gomes Martins de Lemos, Senhor de Trofa⁵ pondo cobro a 263 anos de comenda da Ordem de Malta em Álvaro (Aldeias do Xisto).

Durante a primeira dinastia verifica-se a expansão do aglomerado de Álvaro, estruturado ao longo da via de acesso, com base na tradicional rua Direita ou rua do Castelo. Data também desta época a identificação toponímica, associada à liderança de um donatário.

As características da morfologia urbana e da matriz arquitetónica da rua do Castelo testemunham a natureza da povoação, cuja economia derivava da exploração dos recursos agropastoris, das funções defensivas, administrativas e económicas da comenda da Ordem e do acolhimento aos peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela. O castelo, o celeiro, a residência dos cavaleiros ou casa da comenda, e a albergaria com um pequeno hospital eram edifícios emblemáticos, a par da arquitetura religiosa.

O quadro de vida foi impulsionado a partir do século xv, em pleno contexto da economia dos Descobrimentos Marítimos, tanto pela ligação aos Senhores

⁴ Figuras como D. Nuno Álvares Pereira e seu irmão D. Pedro Álvares Pereira poderão ter tido Álvaro como raiz, uma vez que o pai de ambos terá residido nesta localidade, in: <http://aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm> acedido em 02.01.2016

⁵ O rei D. Afonso V fê-lo ainda senhor da vila de Pampilhosa, com suas jurisdições, de juro e herdade, por carta passada em Santarém a 04.12.1457, e senhor da terra de Álvaro, na comarca da Covilhã, também com suas jurisdições cível e crime e de juro e herdade onde também confirmou a pensão dos tabeliães e o privilégio de as apelações que daí fossem aos juizes da Covilhã viessem depois a ele, Gomes Martins de Lemos (Pimentel, 1881).

de Trofa como pelo destaque internacional de alguns priores da Ordem do Hospital, que em 1530, passou a designar-se Ordem de Malta.

Sem nunca ter sido residência senhorial, este enquadramento tutelar contribuiu para uma certa nobilitação e para a construção de melhoramentos e o impulsionamento das artes, por parte de donatários e beneméritos.

Em 1500, esta localidade é dotada de um hospital, fundado por Bartolomeu Gomes Curado e suas irmãs, naturais da vila, onde se assistem residentes, viajantes e, sobretudo, peregrinos de Santiago de Compostela. Muito antes de lhe ter sido concedido foral, já Álvaro tinha um tabelião e no período de 1511 a 1827, pelo menos, a vila de Álvaro manteve esse mesmo tabelião.

Em 1514, à medida que o monarca organiza internamente o território, dando autonomia às localidades preponderantes, concede a Álvaro estatuto político-administrativo próprio, através de foral de 4 de Agosto de 1514 assinado por D. Manuel.

Durante a Inquisição os habitantes de Álvaro não terão sido molestados pelos inquisidores. Segundo Júlio Cortez Fernandes (s/d) “as populações de Álvaro eram crentes e moralizadas, sem descendência de judeus convertidos à força ou que, por motivo material, houvesse razões para denúncias”.

Desde 1570, ano de criação das Ordenanças, até 1834 em que foram extintas, manteve-se em Álvaro um corpo de milícias composto por quatro companhias num total de 1614 praças (Pimentel, 1881).

A integração dos bens e tutela da Ordem de Malta na Casa do Infantado, em 1789, promoveu as suas ligações à família real. Esta dinâmica local foi ampliada pelo desenvolvimento regional, que se traduziu na construção de equipamentos como a ponte filipina do Cabril, sobre o Zêzere, ou o cais fluvial de Constância, no Tejo, que incrementaram a mobilidade de pessoas, produtos e ideias, e permitiram um melhor aproveitamento e escoamento da madeira.

O crescimento e extensão do perímetro urbano, a fundação da Misericórdia, em 1597, e a construção e decoração de capelas e ermidas, são sinais de uma nova era que haveria de pautar-se, também, por uma maior autonomia administrativa, pela construção de um rico património religioso e pela presença de formas artísticas de cariz erudito.

Nessa fase, embora os poderes e a presença da Ordem tenham diminuído, as influências ficaram bem marcadas, nos períodos em que alguns grão-priores se destacaram nas causas nacionais (o Infante D. Luís e D. Manuel de Portugal, no séc. XVI) e, na esfera internacional (os grão-mestres D. Manuel de Melo, no séc. XVII, e D. Manuel de Vilhena, no séc. XVIII).

Em contraste com a simplicidade chá e a influência vernácula da arquitetura, os espaços interiores são requintados e exuberantes, com especial relevância para a Igreja da Misericórdia onde a pintura, a escultura e a talha se harmonizam na composição de ambientes barrocos de grande expressão e certa erudição (Figura 5).

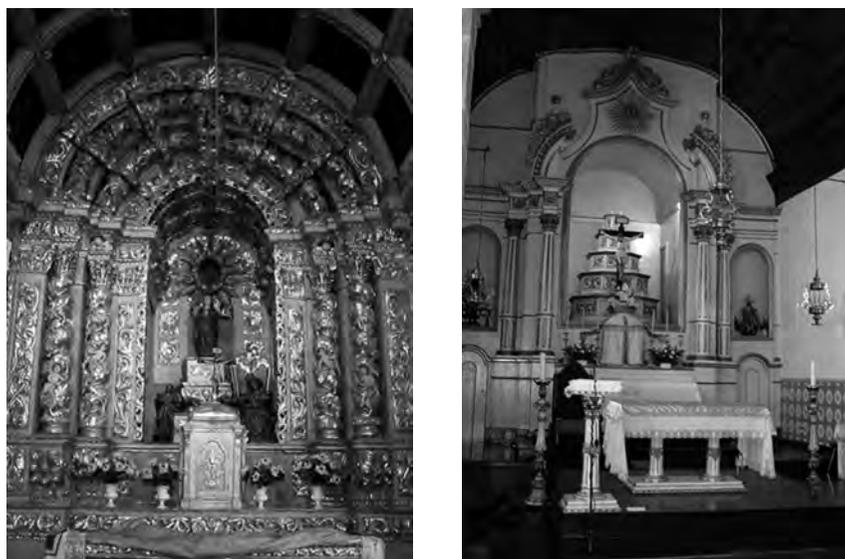


Figura 5

À esquerda Altar-Mor da igreja da Misericórdia,
à direita Altar-Mor da igreja Matriz

Ao conjunto plástico e decorativo integrado na arquitetura deste edifício, acresce ainda um significativo espólio, formado por estatuária, objetos de culto e pintura, onde existe uma interessante representação da Rainha Dona Maria I.

A quantidade e a qualidade deste e doutros núcleos revelam a existência de uma forte produção artística regional, com influências dos centros eruditos de Tomar e de Coimbra. A utilização da madeira como suporte da pintura e recurso escultórico das técnicas de entalhamento exprimem o sábio e engenhoso aproveitamento de um recurso natural que foi a base da prosperidade da região.

Por volta de 1810, Álvaro, à semelhança de muitas povoações vizinhas, foi vítima das invasões napoleónicas, por grupos de soldados armados que em muitos casos eram grupos de desertores que semeavam o terror por onde passavam. Durante a época das lutas liberais, a vila de Álvaro foi das que mais liberal se mostrou. Com a reforma de 1836 de Passos Manuel, na época de D. Maria II, desintegra-se o concelho de Álvaro⁶, enquadrando-se em definitivo no concelho de Oleiros.

Desde a implementação das reformas do Liberalismo, em 1834, o processo histórico alterou-se profundamente. Com a extinção da Casa do Infantado, sendo o Infante D. Miguel o último grão-prior, os bens da Ordem de Malta em Portugal foram incorporados na fazenda pública. Ao mesmo tempo, foram extintas outras regalias tutelares e vínculos de dependência senhorial. Integrada no Concelho de Oleiros, Álvaro iniciou uma nova fase da sua história. Perdidos os antigos vínculos, a vida local organizou-se em função da vida cívica (freguesia) e religiosa (paróquia) e em torno da Misericórdia, a instituição que sempre funcionou como centro de assistência à população e polo de atração da vida coletiva. A economia manteve a base rural ligada à agricultura e dimensionou as formas de exploração da indústria da madeira.

As condições de isolamento e fragilidade económica, a par do efeito de atração dos grandes centros, estiveram na base da perda continuada de população ativa, que se acentuou na segunda metade do século xx. Parado no tempo, o aglomerado populacional e urbano mantém as características próprias do aban-

⁶ O antigo concelho de Álvaro era composto pela própria freguesia de Álvaro, Amieira, Sobral e Madeirã, todas hoje integradas no concelho de Oleiros e ainda as aldeias de Trinhão e Várzeas que pertenciam à freguesia da Madeirã e hoje estão integradas na freguesia da Portela do Fojo, concelho de Pampilhosa da Serra.

dono e do envelhecimento, mas também as potencialidades de uma memória viva do processo de desenvolvimento histórico.

Caracterização demográfica

Segundo Frei Lucas de Santa Catarina (1734), no início do século XVIII, a população do concelho de Álvaro contava 2000 pessoas, das quais mais de 200 eram menores. Em 1708, por exemplo, a vila possuía 90 fogos e o resto do concelho de Álvaro mais 374 (J. Pimentel, 1881).

A freguesia de Álvaro (Figura 6) entre 1864 e 1900 teve um acréscimo de 94 habitantes. Entre 1910 e 1930, iniciou-se uma acentuada perda de população que estamos em crer que é o resultado de elevada taxa bruta de mortalidade em consequência da epidemia conhecida como *pneumónica*, que provocou também uma elevada taxa de mortalidade infantil nesta área do Pinhal, motivando desse modo uma relativa escassez populacional naquelas gerações. Um outro fator que afetou negativamente a faixa etária dos 25-29 anos, teve a ver com o início da migração dos homens para trabalhar no porto de Lisboa na estiva.

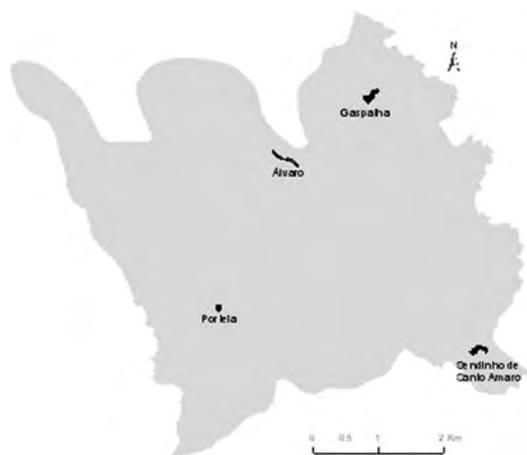


Figura 6

Atual delimitação da freguesia de Álvaro onde se localizam as restantes três aldeias que a compõem (gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Oleiros, 2016)

Entre 1930 e 1940 houve uma recuperação da população residente, para então entrar em declínio até aos dias de hoje (Quadro 1 e Figura 7).

Quadro 1
Evolução da população da freguesia de Álvaro

Censo	1864	1878	1900	1911	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011*
Álvaro	1435	1325	1529	1344	1192	1304	1258	1162	1120	754	468	315	237

* Relativamente aos Censos de 1864 a 2011, os dados foram retirados das publicações dos respectivos Censos (INE).

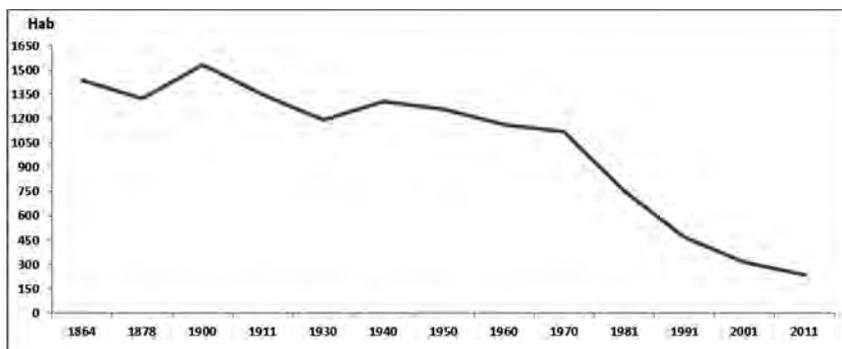


Figura 7
Evolução da população da freguesia de Álvaro

Num processo de recessão demográfica, a população de Álvaro apresenta características claras de envelhecimento; atente-se no Quadro 2 para perceber facilmente este processo, quando em 2001 a população com mais de 65 anos ainda não representava metade da população residente, em 2011 esse valor aumentou cerca de 10% passando para quase 55% dos residentes; em sentido inverso a população jovem (0-14 Anos) perdeu peso no total da população, constituindo um valor meramente residual.

Quadro 2

Evolução recente da população de Álvaro por grandes grupos etários

Grupos Etários	2001	%	2011	%
0 – 14 Anos	18	5,71	11	4,64
15 – 24 Anos	23	7,30	8	3,36
25 – 64 Anos	131	41,59	88	37,1
65 e mais	143	45,40	130	54,9
Total	315	100	237	100

De facto, os fortíssimos movimentos migratórios que afetaram a população de Álvaro a partir dos anos 40 do século xx (Quadro 1), em muito contribuíram para a quebra da percentagem de pessoas em idade ativa e jovem, e consequentemente para o aumento da proporção de idosos (Quadro 2). Nesse período, as migrações (para alguns países da Europa e para Lisboa) influíram decisivamente para o duplo envelhecimento da população, tendência que se tem mantido, associada a um ainda grande movimento migratório de jovens adultos.

Este fenómeno veio alterar completamente a estrutura demográfica da freguesia, uma vez que permitiu, a partir daí, o aumento da população idosa e uma drástica diminuição da população jovem, que se veio traduzir numa maior procura de serviços de saúde, maior pressão sobre o sistema de Segurança Social (pensões de reforma, velhice e outras) e sobretudo pelo facto de diminuir a parcela de população capaz de produzir bens e serviços (força de trabalho).

Comparando os quadros 2 e 3, este ao nível dos sexos, podemos retirar algumas conclusões, que apontam para um espetacular aumento da esperança de vida de ambos os sexos com especial destaque para o sexo feminino.

Quadro 3

Evolução recente da população por sexo

Sexo	2001	%	2011	%
Homens	149	47,30	110	46,40
Mulheres	166	52,7	127	53,60

Embora os reflexos do processo de envelhecimento tenham sido manifestos em ambos os sexos, as mulheres sempre apresentaram em qualquer dos momentos em análise níveis de envelhecimento superiores aos homens. Outro fator a levar em conta tem a ver com o envelhecimento dentro das próprias classes etárias idosas.

Uma das razões que determinam a diferença entre homens e mulheres – e, talvez, a mais importante – é a frequência com que ocorrem as doenças graves e potencialmente mortais.

Para além de um decréscimo no número de jovens (0-14 anos), nos últimos 10 anos, surge na razão inversa as pessoas com idades superiores a 65 anos, tendo sido este estrato etário que apresenta um crescimento positivo.

Presentemente os 237 residentes registados no censo de 2011 mantêm uma atividade ligada à agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de produtos agrícolas e aproveitamento da azeitona. Os principais espaços de sociabilidade e acolhimento são os equipamentos religiosos (igrejas e capelas) e o equipamento social (centro de dia). O pequeno comércio (minimercado) e os dois cafés existentes são lugares de convívio, essenciais para manter vivas as trocas entre a comunidade de residentes e os visitantes que ocorrem em épocas festivas, procurando a descoberta de um cenário autêntico e belo. A Misericórdia é a instituição de referência e o Largo da Misericórdia o espaço agregador, onde se erguem os edifícios que albergam as atividades ligadas à vida coletiva desta comunidade.

Breve abordagem à morfologia urbana e espaço público

A estrutura do aglomerado reflete e agrega o modo de formação e desenvolvimento, a sua importância e interesse, as atividades e a vida social, a organização urbana e os edifícios. A implantação e a forma relacionam a geografia, a exposição solar e as características geológicas do terreno. Morfológicamente, Álvaro estrutura-se ao longo de uma crista montanhosa, de forma linear, seguindo o traçado da rua principal (Rua do Castelo/ Rua de Santo António / Rua Alfredo Moreira), em articulação com os campos, o sistema viário exterior e os caminhos

vicinais. A malha estruturante apresenta uma rua secundária, paralela à principal. Este sistema polariza-se em torno de um núcleo dinamizador: uma praça com funções religiosas e administrativas, referenciada pela Igreja da Misericórdia, Igreja Matriz e Junta de Freguesia. Trata-se de uma estrutura ordenada, de tipo medieval, onde se identificam três fatores determinantes na morfologia: o relevo, a água (rio Zêzere e ribeira de Alvelos) e a arquitetura religiosa (igrejas e capelas). O espaço construído acompanha o escalonamento das ruas, obtendo pontos de vista para a paisagem envolvente.

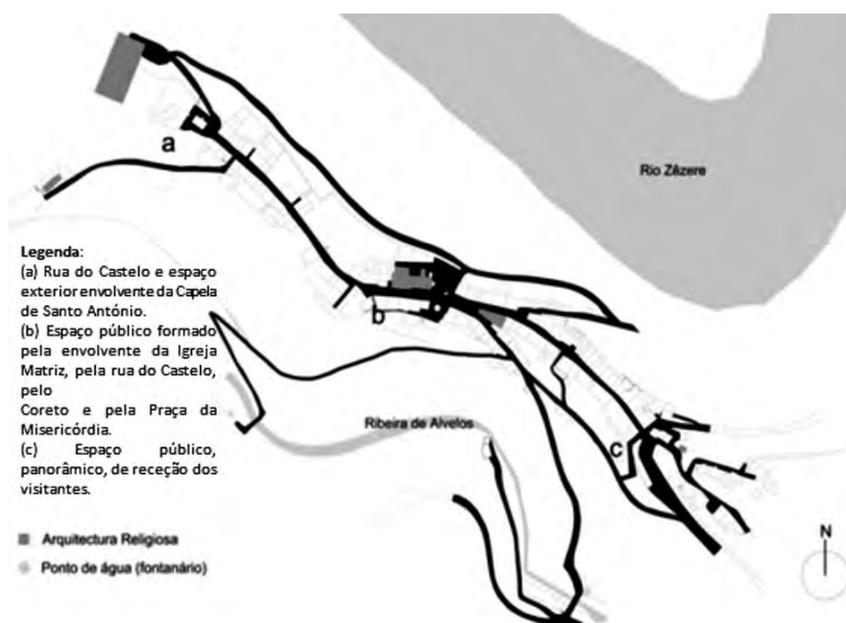


Figura 8
 Morfologia urbana e espaço público

Fonte: LVP – FAUTL, in: L. M. Paulo, 2009.

Caracterização do edificado

O largo (Praça da Misericórdia) e a rua principal (Rua do Castelo/Rua Alfredo Moreira) constituem elementos marcantes na estrutura interna e agregam atividades

e funções sociais, culturais e comerciais. O espaço construído acompanha o escalonamento de ruas, criando pontos de vista para a paisagem envolvente. Predominam as tipologias da arquitetura civil (habitação), mas destacam-se os edifícios religiosos, pela localização, representatividade, função social, valor identitário e conteúdo artístico. No conjunto tipológico da arquitetura religiosa, todos os casos são representativos do enquadramento regional, predominando plantas retangulares ou tendencialmente alongadas, volumetria pouco acentuada, fachadas simples e harmoniosas e interiores com decoração artística elaborada e qualificada a reter a localização desses espaços (Figuras 9a e 9b).

As tipologias de habitação ligam-se aos fatores de humanização da paisagem. Para além das funções de abrigo do habitat humano, comportam também equipamentos agrícolas, adaptados às necessidades de exploração da terra.

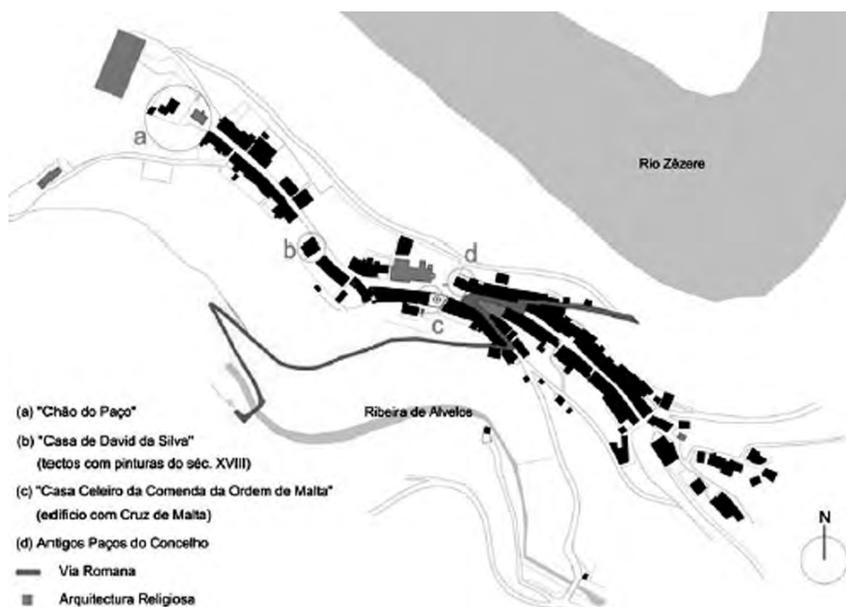


Figura 9a
Arquitetura de cariz civil

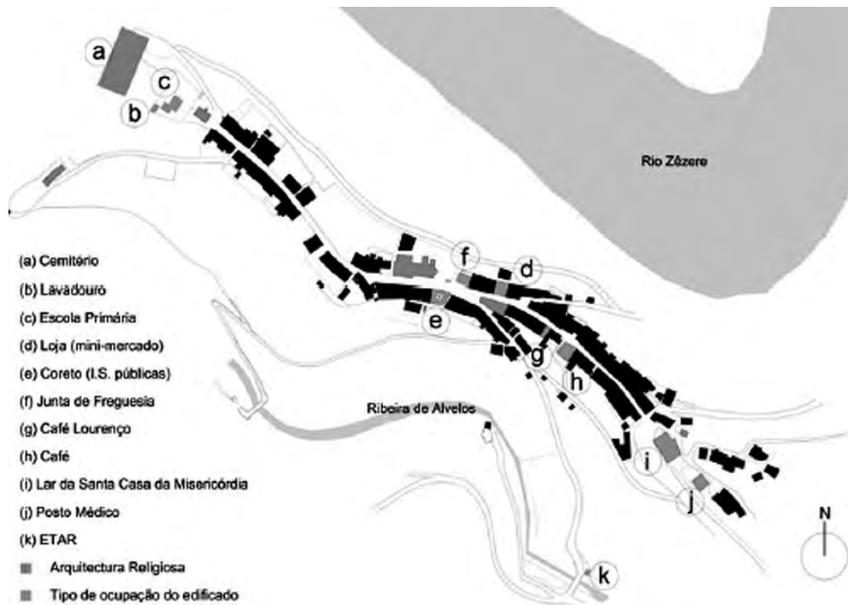


Figura 9b
Equipamento e serviços

Fonte: LVP – FAUTL, in: L. M. Paulo, 2009.

Assim, a organização e distribuição dos espaços interiores revela a habitação enquanto elemento cultural, resultado de uma longa evolução, traduzindo experiências de sucessivas gerações. Após o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, realizado no final dos anos 50 início dos 60 do século xx⁷, sob coordenação do arquiteto Keil do Amaral, continua ainda a verificar-se no edificado habitacional de Álvaro a permanência de duas tipologias: uma, característica do contexto rural disperso e a outra mais comum no contexto urbano do aglomerado.

⁷ Quanto ao Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal teve lugar na passagem dos anos 50 para os 60 do século xx, e foi organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos. À sua frente encontravam-se nomes sonantes da arquitetura portuguesa da época, todos eles identificados – de formas diferentes – com as propostas da arquitetura moderna. Entre esses arquitetos encontravam-se Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira.

Em contexto rural, observam-se construções de planta retangular, habitualmente de dois pisos, sendo o piso inferior destinado inicialmente a animais, utensílios e armazém de produtos agrícolas, e o piso superior à habitação. Tradicionalmente, as escadas são exteriores, em pedra, apresentando, por vezes, alpendres que se projetam no prolongamento do telhado. As coberturas são revestidas a telha de canudo. Os interiores, sem grande conforto, têm fraca iluminação. Na sala comum, a lareira surge como ponto fulcral da habitação. As alcovas são de dimensões bastante reduzidas e desprovidas de janelas.

Em contexto urbano, predominam as construções de planta retangular, de maior regularidade, com dois pisos, ambos destinados a residência. O primeiro piso possui sala comum, alcovas e passagem para o logradouro / quintal. O segundo destina-se à cozinha e alcovas principais. Como subgrupo desta tipologia, surgem situações em que o espaço da sala, no piso térreo, é destinado a atividades comerciais e, o segundo andar, se reserva a residência. As escadas são interiores, de tiro e em madeira. As coberturas são revestidas a telha de canudo, as chaminés são frequentes e o assentamento dos beirais é mais cuidado do que nas construções isoladas com funções agrícolas. Nos interiores, relativamente iluminados, existe maior profusão de vãos com abertura para as divisões principais. Este tipo de construção é bem representativo da tipologia urbana mais antiga, cuja organização espacial traduz um modo de vida ancestral. De espaços exíguos, a habitação tem zonas comuns (sala de estar, sala de jantar) de maiores dimensões, face aos espaços de maior privacidade (alcovas).

Em jeito de conclusão

Em Álvaro, o património cultural e histórico é extenso, rico e diversificado. Abrange não só os recursos de natureza material, caracterizados pelos bens imóveis do espaço edificado e pelos bens móveis artísticos, mas também por um conjunto de atividades e tradições. Para além do interesse histórico-cultural, estes bens imateriais têm um particular valor social, na medida em que reforçam laços e pertenças e possuem um carácter de identidade. No entanto,

a sua proteção e revitalização dependem da própria preservação do conjunto edificado natural, bem como dos hábitos e modos de vida, preservados num tecido social que está em acelerada transformação. A fragilidade destes recursos exige uma especial atenção para que a coerência e a essência se mantenham, com capacidade de apropriação por parte de todos quantos se sentem ligados por estas memórias e nelas encontram significado. Neste universo incluem-se muitas vivências que têm como cenário o património edificado, com especial relevância para os espaços públicos e no ambiente doméstico.

As festividades integradas no calendário religioso são marcos de referência e ocasião para reativar rituais e eventos, participados por residentes e naturais que retornam em épocas especiais, nomeadamente no Natal, na Páscoa e durante o Verão.

As procissões, ligadas aos patronos e devoções da Igreja Matriz, das capelas e ermidas, mantêm rituais antigos no itinerário urbano sendo elementos de valorização e pretexto para fruir o espaço público como o conjunto edificado. Algumas delas integram-se em festas e romarias, acontecimentos que atraem grande número de participantes, incluindo moradores e visitantes. A gastronomia recorre aos produtos da região, confeccionados com labor e engenho. Os peixes do rio, o cabrito da serra, a azeitona, o milho, os produtos hortícolas são alguns dos ingredientes que constituem a base dos produtos, das receitas e das iguarias tradicionais.

Em Álvaro, a relação entre os vários tipos de bens culturais é indissociável e só uma valorização integrada permite o aproveitamento integral destes recursos, que se nos afiguram como potenciais componentes das estratégias de revitalização, permitindo o desenvolvimento das atividades orientadas para a cultura e o lazer. Com uma situação privilegiada, construída no cimo de uma linha de festo, entre dois cursos de água, num enquadramento florestal imponente, Álvaro apresenta uma paisagem singular de grande beleza natural. Entre montes e vales pertencentes aos conjuntos montanhosos das Serras de Alvelos

e do Muradal⁸, localiza-se num território de transição entre a Beira Interior, a Beira Litoral. O grande vale, desenhado pelo curso do rio Zêzere, condiciona a natureza e forma a paisagem. A água emerge como elemento de identidade e recurso natural e cultural, promovendo a fruição e a criação de percursos de observação, exploração e investigação das condições ambientais.

A flora característica da humanização da região abrange as espécies florestais onde predomina o pinheiro e algumas manchas de olival, alternando com o coberto vegetal ancestral. Dos antigos castanheiros seculares apenas restou a memória. Hoje predominam os pinhais, pontuados por manchas de oliveiras e eucaliptos. Na realidade, as grandes extensões de pinhal nas encostas serranas fomentaram, durante muito tempo, a economia local. Os olivais da região são manchas verdes na paisagem e permitem aos residentes manter a produção de azeite e a sua utilização na tradição gastronómica. A agricultura, eminentemente hortícola, é hoje reduzida a alguns espaços de aproveitamento da água e da terra fértil ribeirinha. A atividade de subsistência marca o quotidiano dos residentes, condicionando os hábitos, os ciclos e os modos de vida. A fauna apresenta uma variedade de espécies aquáticas que se constituem como importantes recursos piscícolas a proteger e promover. Igualmente, do ponto de vista cinegético, existem algumas potencialidades reconhecidas.

Bibliografia

- Aldeia de Álvaro – <http://aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm> Acedido em 02.01.2016.
- Aldeias do xisto <http://aldeiasdoxisto.pt/artigo/2021>. Acedido em 31.12.2015.
- Câmara Municipal de Oleiros (2010). Plano Diretor Municipal. Primeira Revisão, Estudos de Caracterização, Vol. I, 331 p.
- Casa da Trofa <http://www.soveral.info/casadatrofa/trofa4.htm>. Acedido em 31.12.2015.

⁸ (origem da palavra: *murada+-al*) Sítio cheio de entulho. *muradal* in Dicionário da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-18 22:28:43]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-ao/muradal>

- Comissão Europeia (2014). Regulamento (U.E.) n.º 868/2014 da comissão, de 8 de agosto de 2014.
- Diário da República (2013). Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- Fernandes, Júlio Cortez (s/d). aldeia-de-alvaro.chospitalarios.com/Historia/Historia.htm .
- Paulo, Luísa Maria (2009). *A reabilitação do património como fator de desenvolvimento local: o modelo de aldeia sustentável*, Tese de Doutoramento apresentada em Arquitetura à FAUTL.
- Pimentel, João Maria Pereira d'Amaral (1881). *Memórias da Villa de Oleiros e do seu Concelho*, Angra do Heroísmo.
- Revista Aldeias do Xisto (2004). “Álvaro, aldeia com Património”, 2, jan, fev, mar. CCDRC, Coimbra.
- Santa Catarina, Lucas de (1734). *Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta*, L. II, c. 5, n.º 60.
- Vicente, Maria da Graça Antunes (2013). *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (Séculos XII-XIV)*, Vol. I, Dissertação de Doutoramento em História Medieval, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.